



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 49

QUARTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1992

BRASILIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 46ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ELIAS MURAD — 60 anos do jornal *Diário do Comércio*, de Belo Horizonte.

DEPUTADO JURANDYR PAIXÃO — Manifestação de apoio à candidatura do Deputado Inocêncio Oliveira à Presidência da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Agradecimento à manifestação do Sr. Jurandyr Paixão.

DEPUTADO AMAURY MÜLLER — Proposta de retirada da Medida Provisória nº 306, da Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE — Atendimento à solicitação do Sr. Amaury Müller e convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada à apreciação da Medida Provisória nº 306.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN — Leitura do requerimento da constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o sistema penitenciário brasileiro.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Medidas urgentes para a regularização do programa de crédito educativo.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Parecer nº 32/92-CN, da Comissão Mista, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 309/92-CN, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios e dá outras

providências, e abertura de prazo de vinte e quatro horas para a interposição de recurso, nos termos do disposto do inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1/89-CN.

Novos prazos para a tramitação dos Projetos de Lei nºs 52 e 53, de 1992-CN, tendo em vista o atraso na distribuição dos avulsos.

1.2.3 — Requerimentos

— Nº 120/92-CN, do Senador Mansueto de Lavor, solicitando prorrogação por mais trinta dias do prazo concedido à Comissão Mista do Congresso Nacional, destinada a Reavaliar os Incentivos Fiscais Regionais. **Aprovado.**

— Nº 121/92-CN, do Senador João Calmon, solicitando a prorrogação por mais 30 dias do prazo concedido à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a Investigar a Crise na Universidade Brasileira. **Aprovado.**

Nº 122/92-CN, do Senador Elcio Álvares, solicitando a prorrogação por quatro meses do prazo concedido à Comissão Mista, destinada a estudar o problema do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro. **Aprovado.**

1.3 — ORDEM DO DIA

— Medida Provisória nº 306/92, que disciplina o pagamento de vantagens que menciona e dá outras providências. **Retirada da pauta.**

— Medida Provisória nº 307/92, que dispõe sobre a extinção do índice de Salários Nominais Médios e o reajuste dos contratos de locação residencial, e dá outras providências. **Retirada da pauta.**

— Medida Provisória nº 308/92, que cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências. **Aprovada, quanto a sua admissibilidade.**

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 46ª Sessão Conjunta, em 27 de outubro de 1992**2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência do Sr. Inocêncio Oliveira****ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Alufio Bezerra – Álvaro Pacheco – Amir Lando – Antonio Mariz – Bello Parga – Beni Veras – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Elcio Álvares – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydekell Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Luiz Alberto – Magno Bacelar – Marco Maciel – Mário Covas – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SENHORES DEPUTADOS:**Roraima**

Francisco Rodrigues – PTB; João Fagundes – PMDB; Júlio Cabral – Bloco; Marcelo Luz – PTR; Rubem Bento – Bloco; Teresa Jucá – PDS.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Eraldo Trindade – Bloco; Fátima Pelaes – Bloco; Gilvam Borges – PMDB; Lourival Freitas – PT.

Pará

Alacid Nunes – Bloco; Carlos Kayath – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Gerson Peres – PDS; Giovanni Queiroz – PDT; Hermínio Calvino – PMDB; Hilário Coimbra – PTB; José Diogo – PDS; Mário Martins – PMDB; Osvaldo Melo – PDS; Paulo Rocha – PT; Socorro Gomes – PC do B.

Amazonas

Átila Lins – Bloco; Beth Azize – PDT; Ézio Ferreira – Bloco; Pauderney Avelino – PDC.

Rondônia

Antônio Morimoto – PTB; Edison Fidélis – PTB; Maurício Calixto – Bloco; Raquel Cândido – PTB; Reditário Casol – PTR.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PDS; Francisco Diógenes – PDS; João Tota – PDS; Ronivon Santiago – Bloco; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Freire Júnior – Bloco; Hagahús Araújo – PMDB; Paulo Mourão – PDS.

Maranhão

César Bandeira – Bloco; Costa Ferreira – PTR; Daniel Silva – PDS; Eduardo Matias – PDC; Haroldo Sabóia – PDT; João Rodolfo – PDS; José Burnett – Bloco; José Carlos Sabóia – PSB; José Reinaldo – Bloco; Nan Souza – PST; Pedro Novais – PDC; Roseana Sarney – Bloco.

Ceará

Aécio de Borba - PDS; Ariosto Holanda - PSB; Carlos Virgílio - PDS; Edson Silva - PDT; Ernani Viana - PSDB; Jackson Pereira - PSDB; José Linhares - PSDB; Luiz Girão - PDT; Marco Penaforte - PSDB; Maria Luiza Fontenele - PSB; Moroni Torgan - PSDB; Pinheiro Landim - PMDB; Sérgio Machado - PSDB; Ubiratan Aguiar - PMDB; Vicente Fialho - Bloco.

Piauí

B. Sá - PTR; Ciro Nogueira - Bloco; Felipe Mendes - PDS; Jesus Tajra - Bloco; João Henrique - PMDB; José Luiz Maia - PDS; Mussa Dernes - Bloco; Paes Landim - Bloco; Paulo Silva - PSDB.

Rio Grande do Norte

Flávio Rocha - PL; João Faustino - PSDB; Ney Lopes - Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira - Bloco; Efraim Moraes - Bloco; Francisco Evangelista - ; Ivan Burity - Bloco; Ivandro Cunha Lima - PMDB; José Luiz Clerot - PMDB; José Maranhão - PMDB; Vital do Rego - PDT; Zuca Moreira - PMDB.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro - PSB; Gilson Machado - Bloco; Inocêncio Oliveira - Bloco; João Colaço - PTR; José Carlos Vasconcellos - Bloco; José Mendonça Bezerra - Bloco; José Moura - Bloco; José Múcio Monteiro - Bloco; Luiz Piauhyli - PSB; Maurílio Ferreira Lima - PMDB; Mavíael Cavalcanti - Bloco; Miguel Arraes - PSB; Nilson Gibson - PMDB; Renildo Calheiros - PC do B; Roberto Franca - PSB; Roberto Magalhães - Bloco; Salatiel Carvalho - PTR; Sérgio Guerra - PSB; Tony Gel - Bloco; Wilson Campos - PMDB.

Alagoas

Cleto Falcão - ; Luiz Dantas - Bloco; Mendonça Neto - PDT; Olavo Calheiros - PMDB; Roberto Torres - PTB; Vitória Malta - PDS.

Sergipe

Benedito de Figueiredo - ; Cleonânio Fonseca - Bloco; Djenal Gonçalves - PDS; José Teles - PDS; Messias Góis - Bloco; Pedro Valadares - PST.

Bahia

Alcides Modesto - PT; Ângelo Magalhães - Bloco; Arolde Cedraz - Bloco; Beraldo Boaventura - PDT; Eraldo Tinoco - Bloco; Félix Mendonça - PTB; Geddel Vieira Lima - PMDB; Genebaldo Correia - PMDB; Jabes Ribeiro - PSDB; Jairo Azi - PDC; Jairo Carneiro - Bloco; Jaques Wagner - PT; João Almeida - PMDB; João Alves - PDS; Jorge Khoury - Bloco; José Carlos Aleluia - Bloco; José Falcão - Bloco; José Lourenço - PDS; Leur Lomanto - Bloco; Luiz Moreira - PTB; Luiz Viana Neto - ; Nestor Duarte - PMDB; Prisco Viana - PDS; Sérgio Brito - PDC; Sérgio Gaudenzi - PDT; Tourinho Dantas - Bloco; Ubaldo Dantas - PSDB; Uldurico Pinto - PSB; Waldir Pires - PDT.

Minas Gerais

Alvaro Pereira - PSDB; Avelino Costa - PL; Camilo Machado - Bloco; Célio de Castro - PSB; Edmar Moreira - Bloco; Elias Murad - PSDB; Felipe Neri - PMDB; Fernando Diniz - PMDB; Genésio Bernardino - PMDB; Getúlio Neiva - PL; Humberto Souto - Bloco; Ibrahim Abi-Ackel - PDS; Israel Pinheiro - PRS; João Rosa - Bloco; José Geraldo - PMDB; José Santana de Vasconcellos - Bloco; José Ulisses de Oliveira - PRS; Lael Varella - Bloco; Leopoldo Bessone - PST; Mário de Oliveira - PTR; Neif Jabur - PMDB; Nilmário Miranda - PT; Odelmo Leão - Bloco; Osmânio Pereira - PSDB; Paulo Delgado - PT; Paulo Heslander - PTB; Sandra Starling - PT; Saulo Coelho - PSDB; Sérgio Naya - PMDB; Tilden Santiago - PT; Wilson Cunha - PTB; Zaire Rezende - PMDB.

Espírito Santo

Etevalda Grassi de Menezes - PMDB; Jones Santos Neves - PL; Jório de Barros - PMDB; Nilton Baiano - PMDB; Paulo Hartung - PSDB; Rita Camata - PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - PTB; Álvaro Valle - PL; Amaral Netto - PDS; Arolde de Oliveira - Bloco; Artur da Távola - PSDB; Carlos Alberto Campista - PDT; Carlos Lupi - PDT; Cidinha Campos - PDT; Cyro Garcia - PT; Eduardo Mascarenhas - PDT; Francisco Dornelles - Bloco; Francisco Silva - PST; Jair Bolsonaro - PDC; Jandira Feghali - PC do B; João Mendes - PTB; José Carlos Coutinho - PDT; José Egydio - Bloco; José Vicente Brizola - PDT; Junot Abi-Ramia - PDT; Laerte Bastos - PDT; Laprovita Vieira - PMDB; Luiz Salomão - PDT; Marino Clinger - PDT; Miro Teixeira - PDT; Nelson Bornier - PL; Paulo Portugal - PDT; Paulo Ramos - PDT; Regina Gordilho - ; Rubem Medina - Bloco; Sérgio Arouca - PPS; Sérgio Cury - PDT; Sidney de Miguel - PV; Simão Sessim - Bloco; Vivaldo Barbosa - PDT; Vladimir Palmeira - PT.

São Paulo

Alberto Goldman - PMDB; Alberto Haddad - PTR; Aldo Rebelo - PC do B; André Benassi - PSDB; Ary Kara - PMDB; Carlos Nelson - PMDB; Diogo Nomura - PL; Eduardo Jorge - PT; Ernesto Gradella - ; Euclides Mello - Bloco; Fábio Feldmann - PSDB; Fábio Meirelles - PDS; Florestan Fernandes - PT; Gastone Righi - PTB; Geraldo Alckmin Filho - PSDB; Heitor Franco - Bloco; Hélio Bicudo - PT; Hélio Rosas - PMDB; Irma Passoni - PT; Jorge Tadeu Mudalen - PMDB; José Dirceu - PT; José Genofino - PT; José Serra - PSDB; Jurandyr Paixão - PMDB; Koyu Iha - PSDB; Liberato Caboclo - PDT; Luiz Gushiken - PT; Maluly Netto - Bloco; Marcelino Romano Machado - PDS; Marcelo Barbieri - PMDB; Maurici Mariano - PMDB; Ricardo Izar - PL; Roberto Rollemberg - PMDB; Robson Tuma - PL; Tidei de Lima - PMDB; Tuga Angerami - PSDB; Valdemar Costa - PL; Walter Nory - PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas - PTB; Joaquim Sucena - PTB; Rodrigues Palma - PTB; Wellington Fagundes - PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS; Benedito Domingos – PTR; Chico Vigilante – PT; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco; Paulo Octávio – Bloco; Sigmaringa Seixas – PSDB.

Goiás

Alano de Freitas – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Faleiros – PSDB; João Natal – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Maria Valadão – PDS; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Pedro Abrão – PTR; Virmondes Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Flávio Derzi – Bloco; George Takimoto – Bloco; Nelson Trad – PTB; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – Bloco.

Paraná

Antônio Barbara – Bloco; Basílio Villani – PDS; Carlos Roberto Massa – Bloco; Edésio Passos – PT; Edi Siliprandi – PDT; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Flávio Arns – PSDB; Ivânio Guerra – Bloco; Joni Varisco – PMDB; Luciano Pizzatto – Bloco; Luiz Carlos Hauly – PST; Matheus Jensen – PTB; Munhoz da Rocha – PSDB; Onaireves Moura – PTB; Otto Cunha – Bloco; Paulo Bernardo – PT; Pedro Tonelli – PT; Pinga Fogo de Oliveira – Bloco; Reinhold Stephanes – Bloco; Renato Johnsson – Bloco; Said Ferreira – PMDB; Werner Wanderer – Bloco.

Santa Catarina

Ângela Amin – PDS; César Souza – Bloco; Dércio Knop – PDT; Eduardo Moreira – PMDB; Hugo Biehl – PDS; Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – Bloco; Paulo Duarte – Bloco; Ruberval Pilotto – PDS; Vasco Furlan – PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PDS; Aldo Pinto – PDT; Amaury Müller – PDT; Arno Magarinos – Bloco; Celso Bernardi – PDS; Eden Pedroso – PDT; Fernando Carrion – PDS; Fetter Júnior – PDS; Germano Rigotto – PMDB; Hilario Braun – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PDS; José Fortunati – PT; Mendes Ribeiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Proença – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Paim – PT; Raul Pont – PT; Telmo Kirst – PDS; Valdomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PDS; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — As listas de presença acusam o comparecimento de 66 Srs. Senadores e 345 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, nestes poucos minutos de que disponho neste horário, gostaria de prestar aqui uma homenagem das mais justas. Trata-se da comemoração dos 60 anos de existência do jornal **Diário do Comércio**, de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A importância histórica de tal fato não se restringe apenas a mais um ano de veiculação de um jornal sério e competente, mas principalmente à consagração de um trabalho que acompanhou de perto a evolução econômica e social do Estado de Minas Gerais. O **Diário do Comércio**, durante todos esses anos, fez mais do que simplesmente discutir questões com a imparcialidade necessária ao jornalismo: apoiou e relevou os interesses do Estado mineiro, dentro da conjuntura nacional.

Fundado inicialmente com o nome de **Informador Econômico**, e repetindo as palavras de um dos seus principais sustentáculos, jornalista José Costa, tal jornal nasceu da certeza de que, com planejamento, disciplina e trabalho, a economia mineira iria firmar-se como uma das mais fortes e sólidas do País. Assim, no decorrer dos 60 anos de sua existência, o **Diário do Comércio** assistiu à industrialização, ao desenvolvimento energético e à evolução da rede de transporte do Estado de Minas Gerais. Mais que isso, participou ativamente da transformação de um Estado que, em 1932, sequer exportava minérios, no pólo industrial responsável por 40% de toda a produção nacional, e isto sem falar no trabalho de apoio dado ao programa de estatização do petróleo nacional, fundamental na afirmação e crescimento da economia brasileira.

Não bastassem tantos serviços prestados na área econômica, também o **Jornal de Casa** passou a fazer parte da realidade da capital mineira. Idealizado pelo jornalista José Costa, começou a ser distribuído, de forma gratuita em 1976. A partir daí, a área de sua distribuição foi se alargando e atinge hoje toda a Zona Sul de BH, parte das Zonas Leste, Oeste e Norte da cidade. Trata-se de um suplemento dominical único, elaborado numa linguagem simples e agradável, bem ao estilo mineiro. É, sem dúvida, o retrato de Belo Horizonte: uma cidade que luta para vencer seus problemas sociais e que procura dar relevo à cultura de seus povos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, prestar homenagem ao **Diário do Comércio**, ao Jornalista José Costa e aos demais integrantes de sua equipe é, antes de tudo, fazer justiça a um trabalho que esteve presente na construção da história política, econômica e social do Estado de Minas Gerais, não na condição de mero expectador, mas como agente atuante, informativo e, primordialmente, formador de opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jurandyr Paixão.

O SR. JURANDYR PAIXÃO (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pouco tempo me resta de convívio com a Câmara dos Deputados, Casa que admiro, onde muito aprendi, e também com o Senado, nas sessões conjuntas do Congresso Nacional. Na Câmara pude aprender lições memoráveis que levarei comigo para a minha encantadora e querida Limeira. Novamente, e pela terceira vez, o povo daquela cidade do Estado de São Paulo — Limeira — me chama para dirigir os seus destinos, na chefia do Poder Executivo local. Para lá levarei as lições aqui aprendidas, principalmente de trabalho, já que na minha querida Câmara dos Deputados vi com os meus olhos, senti com o meu coração o trabalho denodado que exercitam as Sr^{as} e Srs. Deputados, bem como os Srs. Senadores da República.

Sou homem acostumado a aprender sempre. Na Câmara dos Deputados vivi sempre interessado em aprender, em compreender a grandeza deste Poder Legislativo, que tanto tem feito pelo progresso de nosso País.

Permita-me, Sr. Presidente, sem nenhum sentimento de bajulação rasteira ou de elogio vão, já que sou homem que pensa alto, dizer que em V. Ex^a Deputado Inocêncio Oliveira, encontrei um homem de coração boníssimo, sério, abnegado, conciliador por excelência, bem definido, a síntese do poder e da grandeza dos Srs. Deputados.

Infelizmente, no começo do próximo ano não estarei mais aqui, porque do contrário não teria dúvida alguma em sufragar o nome de V. Ex^a para a Presidência da Câmara dos Deputados. E ao PMDB, partido que ajudei a fundar e ao qual dei os melhores anos da minha vida, quero deixar aqui um apelo: se o PMDB não for o partido que indique a Presidência da Câmara, que os meus companheiros compreendam a grandiosidade de V. Ex^a e sufraguem seu nome para esse cargo. Dessa forma, a Câmara dos Deputados será, não tenho dúvida alguma, engrandecida sob a presidência de V. Ex^a.

Repetindo: sou um homem que pensa alto, e as pessoas que assim agem falam o que pensam. Seja feliz, meu querido Deputado Inocêncio Oliveira, na sua nova caminhada em direção à Presidência da Câmara dos Deputados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Gostaria de agradecer as manifestações generosas do nobre Deputado Jurandyr Paixão. Foi uma honra ter a oportunidade de conviver com V. Ex^a por dois anos, quando se destacou como um dos mais brilhantes Parlamentares desta Legislatura.

O trabalho de V. Ex^a na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação engrandeceu aquele órgão técnico e suas manifestações neste plenário marcaram profundamente a passagem de V. Ex^a por esta Casa.

Acredito que o próspero Município de Limeira vai ganhar, sem sombra de dúvida, um excelente Prefeito e um extraordinário homem público.

Receba meus cumprimentos, sem qualquer manifestação de subalternidade ou de outro interesse a não ser o de mostrar que os verdadeiros homens públicos têm lugar neste País e, mais do que isso, têm uma grande contribuição a prestar, não só à vida pública, mas, sobretudo, ao aprimoramento da democracia no Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a pelo estímulo. Sobretudo, quando V. Ex^a daqui se retirar, leve também a saudade de todos os Parlamentares desta Casa (palmas) e, ainda, leve também da Câmara dos Deputados a certeza de que terá sempre o nosso apoio para desempenhar a grandiosa missão de governar os destinos de Limeira por mais quatro anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero propor a V. Ex^a que de ofício — eis que tem competência regimental para tanto — promova a retirada da Medida Provisória nº 306 da pauta da Ordem do Dia. Trata-se de matéria que está neste momento em nível de negociação final com o Governo. Como o prazo constitucional para votação da matéria termina amanhã, exatamente no Dia do Funcionário Público, e o assunto é relativo àqueles servidores, eu prezaria muitíssimo que pudéssemos votar a proposição amanhã — e falo na condição de Relator — a fim de não prejudicar as negociações a serem ultimadas e proporcionar a feliz oportunidade de, ao aprovar a matéria, já declarar a celebração de um acordo com o Governo, contemplando vitória à categoria injustamente discriminada no texto original dessa medida provisória.

Poderíamos aprovar a medida provisória na sua concepção original desde que — esperamos essa resposta ainda hoje — o Governo se comprometa a enviar outra medida provisória ou um projeto de lei, em regime de urgência urgentíssima, para que possamos cumprir os termos do acordo celebrado em 9 de setembro pelas lideranças partidárias e fazer justiça social aos servidores públicos civis da União, exatamente no dia que lhes é consagrado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência recebe a manifestação do nobre Deputado Amaury Müller e, de acordo com o art. 175, alínea e, do Regimento Interno do Senado Federal, atende a S. Ex^a, retirando ex officio da pauta da Ordem do Dia de hoje a medida provisória constante do Item 1.

Desde já convoco sessão conjunta para amanhã, às 11h, neste plenário, para votação desta matéria.

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo inquirir a Mesa sobre a data em que será realizada a devida leitura do requerimento que, em companhia do Líder do PDS na Câmara dos Deputados, José Luiz Maia, e da Deputada Maria Luíza Fontenele — que colaborou para a coleta das assinaturas — e alguns outros Parlamentares, cujos nomes vou deixar de anunciar, levamos pessoalmente ao Presidente do Congresso, na segunda-feira da semana passada, com número satisfatório de assinaturas — mais de 200 Srs. Deputados e cerca de 50 Srs. Senadores — para a constituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. O que se pretende é apurar a realidade sobre o sistema penitenciário nacional a partir de um fato concreto, determinado: a assim chamada internacionalmente chacina da Casa de Detenção de São Paulo e da retenção da informação, por mais de 24 horas, do que lá aconteceu, incluindo-se na investigação inclusive o que já apurou o Conselho de Assuntos Penitenciários do Ministério da Justiça.

Como esse requerimento ainda não foi lido em plenário — e parece-me que isso regimentalmente já deveria ter sido feito, — consulto V. Ex^a sobre quando será aprazada essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Esta Presidência vai levar a reclamação de V. Ex^a nobre Senador Esperidião Amin, ao titular da Presidência do Congresso Nacional, o Senador Mauro Benevides, que — tenho certeza — oportunamente fará a leitura do requerimento de constituição dessa CPI.

V. Ex^a tem toda a razão. Se a propositura conta com o número regimental de assinaturas, tenho convicção de que o Presidente Mauro Benevides vai agilizar a leitura do requerimento, para que assim possamos cumprir o que determina o Regimento Interno.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, fico grato a V. Ex^a e estarei amanhã aqui para prosseguir, nesta cobrança, pois, fazendo coro ao epíteto do nobre colega Chico, estarei vigilante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem a palavra o nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, Senhores Congressistas, acompanhado dos Deputados Celso Bernardi, Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, e Fetter Júnior, meu colega da Comissão de Economia, estive em audiência com o novo Ministro da Educação, Murílio Hingel. Na ocasião, entre outros assuntos da área educacional, solicitamos medidas urgentes para a regularização do programa do crédito educativo. Insistimos, especificamente, em uma solução para o caso dos 20 mil estudantes selecionados em 1991, que ainda aguardam pela assinatura dos contratos com a Caixa Econômica. Pedimos agilização no pagamento do 1º e 2º semestre de 1992 desses alunos e o 2º semestre para os 75 mil que já vêm de anos anteriores. O ministro informou-nos já ter sido acolhida pelo titular do Planejamento proposta de crédito suplementar da ordem do 303 bilhões de cruzeiros. Menos mal. O desespero e a inadimplência não atingem só os alunos, mas também as próprias universidades, que dependem desses recursos.

Quanto a novas inscrições, cobramos a regulamentação da Lei nº 8.436/92, consequência de projeto de minha autoria. Portaria do MEC fixou algumas diretrizes, mas a regulamentação continua pendente, principalmente no que se refere à execução financeira. O artigo 5º da Lei prevê sejam destinados ao Crédito Educativo, além de recursos orçamentários, parte dos depósitos compulsórios recolhidos pelas instituições financeiras ao Banco Central e mais o resultado de 3 edições extras de loterias da CEF. O Ministro garantiu-nos diligências nesse sentido e informou ter acertado com o Ministro Paulo Haddad, do Planejamento, a inclusão de cerca de 1 trilhão de cruzeiros no orçamento do MEC para a continuidade do programa em 1993.

Tais perspectivas me animam a acreditar numa solução que já tarda para o problema. Passei pela experiência de ter que trabalhar para custear meus estudos. Entendo a agonia dos jovens e trabalhadores que querem estudar e não têm recursos. Na falta de escola pública e gratuita para todos, não é democrática a possibilidade de escolas apenas para a minoria privilegiada. O Crédito Educativo procura, assim, compensar a falta de gratuidade universal.

O Deputado Virmondes Cruvinel, aqui em Brasília e em Goiás, tem trazido lideranças estudantis ao debate e participação. Tratou, inclusive, da regulamentação dos recursos no Banco Central. Outros deputados engajaram-se nessa luta. O Crédito Educativo deixou de sofrer restrições por parte de alguns partidos. Hoje, todos estão convencidos das dificuldades que pais e alunos enfrentam da utopia, pelo menos a médio prazo, de termos escola pública e gratuita para todos. Assim, o Crédito Educativo poder ser a medida intermediária, a solução razoável, porque possível. Espera-se que o novo Governo Itamar confirme tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência recebeu o Parecer nº 32, de 1992-CN, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 309, de 16 de outubro de 1992-CN, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, a Presidência abre o prazo de vinte e quatro horas para a interposição do recurso ali previsto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tendo em vista o atraso na distribuição dos avulsos dos Projetos de

Lei nºs 52, e 53, de 1992-CN, a Presidência comunica ao Plenário os novos prazos para a tramitação das referidas matérias:

Dia 21 de outubro — distribuição de avulsos;

Até o dia 29 de outubro — prazo para apresentação de emendas;

Até o dia 3 de novembro — distribuição dos avulsos das emendas;

Até o dia 8 de novembro — prazo para encaminhamento dos pareceres à Mesa do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Sobre a Mesa, o seguinte requerimento do Presidente da Comissão Mista destinada a reavaliar os incentivos fiscais regionais, Senador Mansueto de Lavor:

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 120, DE 1992-CN

Brasília, 7 de outubro de 1992

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, criada através do Requerimento nº 445, de 1991-CN, destinada a “Reavaliar os Incentivos Fiscais Regionais”, requeiro a Vossa Excelência, conforme o disposto na alínea “A”, Parágrafo 1º, do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este órgão técnico.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para formular a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — Senador Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida, portanto, a prorrogação pelo prazo solicitado de 30 dias.

Esclareço ao Plenário que o requerimento foi encaminhado em tempo oportuno, datado de 7 de outubro de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência recebeu, na época oportuna, requerimento do Presidente em exercício da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise na universidade brasileira, o qual será lido neste instante.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 121, DE 1992-CN

Brasília, 15 de outubro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 593, de 1991-CN, destinada a “Investigar a Crise na Universidade Brasileira” por 30 dias, conforme o disposto na alínea “A”, Parágrafo 1º, do art. 76 do Regimento Interno desta Casa combinado com o parágrafo 3º do art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a fim de que seja concluído e apresentado o relatório final.

Respeitosamente. — Senador João Calmon, Relator, no exercício da Presidência — Celso Bernardi — Ubiratan Aguiar — Chagas Rodrigues — Aureo Mello — Esperidião Amin — Elcio Álvares — Garibaldi Alves Filho — João Faustino.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica, portanto, concedida a prorrogação pelo prazo de 30 dias para a apresentação do relatório final daquele órgão técnico.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência recebeu requerimento da Comissão Mista destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro, assinado pelo Senador Elcio Álvares, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 122, DE 1992-CN

Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional
Senador Mauro Benevides.

Requeiro nos termos do art. 76, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação por 4 (quatro) meses, do prazo concedido à Comissão Mista criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do Desenvolvimento Econômico Inter-Regional Brasileiro.

Justificação

Vários foram os motivos para ampliação do prazo da Comissão instalada em 1º de abril do corrente ano, ocasião em que foram eleitos os Senhores, Deputado César Maia para Presidente, o Senador Elcio Álvares para Vice-Presidente e o Senador Beni Veras para Relator.

As eleições municipais e a crise política nacional do Governo Collor esvaziaram e desviaram a atenção da Comissão prejudicando o cronograma inicialmente previsto.

Há necessidade de extensão do prazo para que o Parlamento brasileiro possa sugerir novas diretrizes governamentais para diminuir os desequilíbrios econômicos no Brasil.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1992. — Senador Elcio Álvares, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação, pelo prazo solicitado de quatro meses, para conclusão dos trabalhos daquele órgão técnico.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Ficam retirados da pauta, *ex officio*, de acordo com o Regimento Interno do Senado, art. 175, letra “e”, os itens 1 e 2 da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens retirados:

— 1 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 306, DE 25 DE SETEMBRO DE 1992

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 306, de 25 de setembro de 1992, que disciplina o pagamento de vantagens que menciona e dá outras providências.

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário. (Mensagem nº 111/92-CN.)

Prazo: 28-10-92

— 2 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 307, DE 30 DE SETEMBRO DE 1992

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 307, de 30 de setembro de 1992, que dispõe sobre a extinção do Índice de Salários Nominais Médios e o reajuste dos contratos de locação residencial, e dá outras providências, tendo

— PARECER, proferido em Plenário pelo Senador Bello Parga, pela aprovação da Medida. (Mensagem nº 113/92-CN.)

Prazo: 31-10-92

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Item 3 da pauta.

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da admissibilidade quanto aos aspectos de relevância e urgência), da Medida Provisória nº 308, de 7 de outubro de 1992, que cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências, tendo

Parecer, proferido em plenário pelo Senador Bello Parga, pela admissibilidade da medida.

No prazo regimental foi apresentado recurso, nos termos do § 2º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN.

Em discussão a medida quanto à sua admissibilidade.

A Sra. Sandra Starling — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

A SRA. SANDRA STARLING (PT — MG. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, conforme é do conhecimento de V. Exª e de todo o Plenário, o PT entrou com um recurso contra a admissibilidade desta medida. De maneira que vamos votar “não” à admissibilidade desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em discussão a medida quanto à sua admissibilidade. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Medida, quanto à admissibilidade, tendo o voto contrário do PT.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do PT.

O Sr. Adylson Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar meu voto contrário.

Sr. Presidente, esta proposta é a que reintroduz a Medida Provisória nº 305, não é?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Trata-se da Medida Provisória nº 308, que cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais.

O SR. ADYLSO MOTA — Sr. Presidente, já alertei esta Casa para a circunstância de que esta Medida afronta decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual medida provisória rejeitada não pode ser reapresentada na mesma Sessão Legislativa. Embora com mudança de alguns detalhes — a proposição atual, em vez de vincular a Secretaria à Presidência, vincula-a ao Ministério da Educação; em vez de criar 420 cargos, cria 167 — trata-se da mesma medida provisória.

Faço este comentário no sentido de colaborar com o Presidente Itamar Franco, para que S. Exª não incorra nos mesmos erros dos seus antecessores.

Quero, portanto, deixar registrada esta minha posição e o meu voto contrário, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Fica registrado o voto contrário do nobre Deputado Adylson Motta.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovada contra o voto do PT, dos nobres Deputados Sandra Starling, Adylson Motta e outros Parlamentares.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a sua admissibilidade. A matéria volta à Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Antes de encerrar a sessão, a Presidência lembra que foi convocada sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 11h.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 52 minutos)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)**

Legislação correlata

**Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)**

Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 1.000,00**

**A venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e
311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS